

■ TREMEMBÉS

46

Complica-se a disputa pela terra

Colonização

Processo prejudica costumes

Num processo de empobrecimento muito acentuado, na proporção em que se acham cada vez mais sem terras para cultivar e sem recursos para comprar e manter embarcações de pesca, que não são mais confeccionadas conforme o costume antigo, os Tremembés estão se tornando mais e mais dependentes da sociedade. Grande número de pescadores trabalha para a firma lagosteira de Torrões. A maioria dos moradores da Vila e de outras localidades próximas está empregada no coqueiral da Docôco. Há pescadores que se mantiveram independentes, mas que precisam vender os peixes para sobreviver. A falta de atendimento às suas necessidades mais elementares, acrescida da aquisição de hábitos e gostos do "homem branco", os faz procurar outros tipos de trabalho, já que vão se tornando cada vez mais dependentes do dinheiro para suprir tais necessidades. Essa dependência econômica os torna mais vulneráveis.

Conflitos

Temor faz dissimular identidade

Os conflitos com mortes, por causa da terra, num passado recente, ainda estão vivos na memória do povo. Este fator leva muitos deles a dissimular sua identidade indígena ou a manipulá-la de acordo com as circunstâncias, se favoráveis ou não. Embora as freqüentes expulsões dos índios de seus locais tradicionais de habitação tenham provocado significativa desarticulação sócio-cultural no Grupo, os Tremembés continuam mantendo formas próprias de se organizarem, usos, crenças e tradições, que dão suporte a uma identidade diferenciada. Esta também é reforçada pela auto-identificação como índios Tremembés, originários da antiga missão, nascidos e criados na "terra do aldeamento". O artesanato Tremembé é constituído de objetos utilitários em cerâmica e em palha (de tabuba e de carnaúba), assim como de adornos de conchas, búzios, sementes, bambus e vértebras de peixes. Também fiam e tecem algodão.

Funai

Solicitação de regularização fundiária

Os Tremembés de Almofala solicitam à Funai a regularização fundiária e retirada dos ocupantes não-índios da área indígena, com superfície e perímetro aproximados de 4.900 ha/37 Km, respectivamente. Essa parte, segundo a comunidade Tremembé, abrange apenas parte do território originalmente ocupado pelo grupo, que abriram mão de expressiva porção da "terra do aldeamento". O espírito cooperativo demonstrado por eles na busca da solução que vise o atendimento dos interesses de sua comunidade, permitiu que a vila de Almofala, o povoado de Torrões, outras localidades menores, uma rodovia e várias lagoas fossem excluídas dos limites da Área Indígena. Entretanto, os índios fecharam questão em torno da necessidade da preservação de seu patrimônio, representado pela igreja de Nossa Senhora da Conceição, dos três sítios arqueológicos, das antigas aldeias e outros locais de significação histórico-cultural para o grupo.

46(2)

Uma história de luta desde a colonização

Ao início da colonização europeia no Brasil, o território que hoje constitui o Estado do Ceará era habitado por muitos grupos indígenas de diferentes culturas, entre eles os Tremembé, cujo território tradicional abrangia as terras que atualmente constituem os estados do Maranhão, do Piauí e do Ceará.

As primeiras referências sobre eles foram registradas pelo cronista Pedro Mártir de Algéria, que acompanhou expedição de Pizón pelas costas da América do Sul, incluindo o nordeste, entre 1500 e 1501 e também pelo navegador Américo Vespúcio, que percorreu o litoral brasileiro de 1501 a 1502, para fundar algumas fortificações.

Estes índios eram pescadores e caçadores nômades. Exímios nadadores, vagavam em pequenos grupos pelo litoral e viviam em abrigos provisórios. Eram guerreiros, especialistas em emboscadas e por isso, muito temidos - tinham como seus maiores inimigos os Tupinambá, grupo que dominava maior extensão da costa brasileira.

A conquista das terras foi reconhecida pelo rei de Portugal, em carta régia de 1698, onde "...assegurou a concessão de sesmarias aos índios da região costeira do Ceará ao Maranhão, enfatizando que de forma alguma estes fossem importunados ou retirados dos sítios que escolhessem para viver". Assim, os Tremembé de Almofala foram aldeados em três léguas de terras, situadas entre os rios Aracati-Mirim e Aracati-Açu.

Durante o século XVIII, o processo de ocupação do território cearense pelos portugueses foi intensificado com a instalação de fazendas dedicadas à pecuária, voltadas para a exploração de drogas do sertão e para a agricultura canavieira, aumentando o conflito com os índios que, expulsos de suas terras, foram mortos ou escravizados por colonos.

O Mapa dos Habitantes da Capitania do Ceará Grande, de 1808, aponta Almofala como aldeamento

indígena, com uma população inicial de 202 pessoas. Mas, com a independência do Brasil de Portugal, em 1822, vieram as expansões dos latifúndios, com a invasão e usurpação das terras indígenas.

As revoltas populares, ocorridas na primeira metade do século XIX, contaram com a participação indígena, o que serviu de pretexto para a prática de ações repressoras contra os grupos, provocando a desorganização interna, através da divisão de seus territórios em pequenas propriedades, rompendo a característica de grupos.

Em fim dos séculos XIX, o povoado de Almofala foi soterrado por uma duna - mais de quarenta anos depois, seu movimento fez reaparecer a antiga aldeia, prontamente retomada pelos Tremembé. De lá para cá, a realidade marca uma história de resistência e luta. Após mais de quatro séculos de dominação cultural europeia, os Tremembé de Almofala mantiveram-se coesos, resistindo às perseguições de que foram vítimas.

46(3)

A valorização econômica da região tem provocado invasão na área demarcada como indígena

FOTOS: J. SOBRINHO



TRIBUNA DO CEARÁ

FORTALEZA-CE, segunda-feira, 15 de junho de 1998

DESEJO

No olhar perdido a esperança de encontrar um lugar onde os costumes poderão ser mantidos em paz

46(4)

A luta pela terra é uma marca na vida da comunidade indígena Tremembé, do litoral de Almofala, no Município de Itarema, a 210 Km de Fortaleza. A recente valorização econômica da região tem provocado invasão nas áreas inicialmente demarcadas como território indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo Maria Amélia, coordenadora da Associação Missão Tremembé, "as terras valem pela beleza que apresentam, pela perspectiva de turismo, pela produção agrícola e pelo valor histórico, que só foram preservados através dos índios, que são, por tradição e esforço, os reais proprietários da terra".

Uma parte da área já vinha sendo disputada na justiça pela Empresa Ducôco Agrícola S/A e, atualmente, representa a região mais ameaçada. O problema começou quando a empresa adquiriu a Fazenda São Gabriel, que fica dentro de Almofala e cercou lotes habitados por cerca de 100 famílias indígenas, que foram expulsas e hoje estão espalhadas pelo litoral e zona da mata, e se complica com a possibilidade de negociação das terras a revelia da comunidade Tremembé. Para os índios, fica difícil assegurar o direito

de posse sem a perícia antropológica, que até o momento ainda não foi realizada.

Além da documentação que já comprova a propriedade como indígena, a questão da tradição é um dos mais fortes argumentos dos Tremembés. O maior temor é a desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a utilização em assentamentos. Mas, o Superintendente do Incra no Ceará, Luis Vidal, assegura que não há interesse nem pedido formal de desapropriação dessas terras e que "pelas benfeitorias lá existentes, que encarecem o terreno, e mesmo pelos conflitos, a aquisição não seria positiva nem aconselhável ao Incra".

A população - Os Tremembés de Almofala são compostos, hoje, por uma população de cerca de 2.662 (Funai) pessoas, distribuídas em 332 famílias que ocupam a "terra do aldeamento": Tapera, Amaro, Varjota, Córrego Preto, Torrões, Urubu, Mangue Alto, Camboa da Lama, Lamarão ou Lameirão, Saquinho, Curral do Peixe, Boa Vista, Lagoa do Boi, Cabeça do Boi, Passagem Rasa, Panã, Barro Velho, Comum, Alegre, Praia Aningas, Lagoa Seca,

Morro Alto, Barra da Tijuca, Marcação e outras localidades menores.

Dedicam-se basicamente à pesca e à agricultura. Aqueles que vivem próximos ao mar são pescadores e sua alimentação provém dele, dos rios, dos córregos, das lagoas e também do mangue. Os que vivem no Interior da área dedicam-se à agricultura de subsistência - produzem e consomem basicamente mandioca, feijão, milho e batata. O caju e o côco são largamente consumidos, assim como outras frutas nativas da região. É através da fermentação do caju que os Tremembés preparam bebida típica denominada *mocororó*, consumida durante as festas, quando dançam o *torém*.

Apesar de, no passado, a caça ter ocupado lugar de destaque, atualmente sua escassez é total em função das atividades predatórias, dos grandes desmatamentos provocados pelas invasões e pelas plantações de coqueiros de cultivo. Assim como a caça, algumas espécies vegetais destinadas à alimentação, à cura de doenças, à confecção de artefatos e à construção de casas também desapareceram. A população acha-se mais concentrada na praia e proximidades, que representam metade do território indígena.

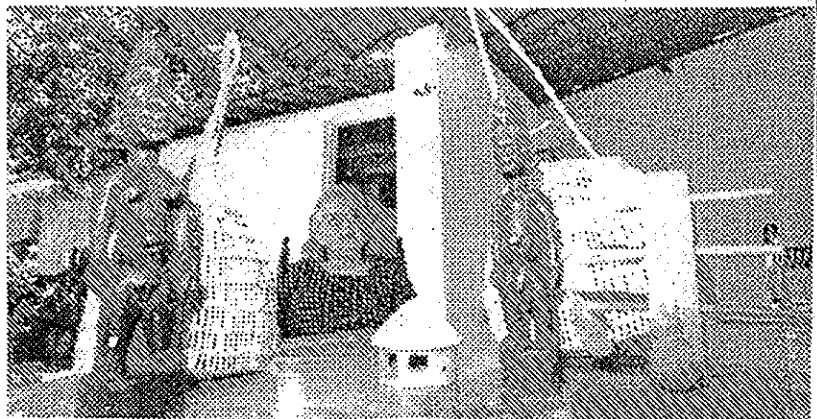
Direito está previsto em lei

Em 1850, a promulgação da Lei nº 601 (Lei de Terras), regulamentada em 1854, objetivava ordenar o regime fundiário brasileiro durante o Império e dispunha sobre as normas relativas às terras indígenas - inalienáveis, assegurando-as com usufruto exclusivo. Estabelecia, ainda, a destinação de parte das chamadas terras devolutas para a "colonização dos indígenas".

As dificuldades para o registro das terras, a resistência dos poderosos, a morosidade e o descompromisso na implantação das mudanças estabelecidas pela nova política fundiária foram responsáveis pela invasão dos territórios indígenas.

O Livro de Registros de Terras da Freguesia da Barra do Acaraú, de 1855 a 1857, aponta o registro de 22 concessões de terra aos Tremembé de Almofala. Em 1857, sob o número 695 foi registrada a doação de uma légua em quadra aos índios de Almofala - a "terra do aldeamento", que ia da igreja até o mar.

Os limites das terras correspon-



OPINIÃO

Maria Amélia: "Na verdade, o problema é falta de vontade política"

dentes a essa doação e às outras posses são ainda hoje conhecidos pelos índios, através da memória tribal e tradição oral. O reconhecimento e a legitimação dessa ocupação indígena jamais foi respeitada, posto que suas terras foram invadidas e registradas em nome de particulares.

O Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 1862, sugeria a extinção das antigas aldeias, em

razão da crescente invasão e consequente dispersão de seus habitantes. Pretendia também, a venda e arrendamento de algumas áreas.

A última referência oficial sobre os índios da Província do Ceará é de 1863, que mencionou as terras dos "Tremembés de Almofala, no termo de Acaraú" e as de outros grupos, com o anúncio da ordem imperial que determinou a incorporação de seus territórios à Fazenda, respeitando apenas algumas posses.

Inconformismo na voz da comunidade

Esse povo rico tomando as nossas terras e tomaram foi tudo. Tomaram foi tudinho e num tem uma beirada para dizer assim: esta beirada aqui tá desocupada" - (índia Maria José Santos Sousa/Zeza).

Do lado de lá desse córrego era um tabuleiro de puçá, cajueiro, murici, e minha casinha e do minha mãe era lá dentro dos tabuleiros. Agora tomaram conta. E quem compra tanto assim? toma conta daqui, toma conta de lá, e agora, tá tudo tomado" - (índia Joana Henrique dos Santos).

Cada pessoa que chega tem poder, né? Chegam com mais recurso. Vão dando direito aqueles que chegam. Sabem que a gente. Nós conhecemos esse negócio, já tava quase tudo perdido, devido o pessoal não terem aquele direito, nem de pelo menos relembrar aqueles costumes. Quando se acaba costume, acabou-se o que a gente tem. Ainda, pelo menos, quando existe costume, ainda tem muita coisa. Quando se acaba costume, não existe mais nada, né? E eles queriam que a gente perdesse todos os costumes, né?..." - (Índio Vicente Viana Damasceno).

A terra é nossa. Eu nasci e fui criada aqui. Eu tenho neto, eu já tenho bisneto. Agora não tem onde um neto faça uma casa. Essa nossa terra é essa dos índios velhos, dessa nossa aldeia" - (Índia Joana Henrique dos Santos).

Este terreno, é só um terreno só. Tem só a divisão do rio. Quer dizer que a Varjota fica do outro lado do rio e, assim, somos um povo só, mas é duas localidades: Varjota e Almofala. A Varjota é pequena, o pessoal de lá tá aumentando e tem a outra parte da terra do aldeamento que tá do outro lado de lá. Nós queremos, se tudo der certo, se acontecer a demarcação dessas terras. Trezentos hectares nós conquistamos pelo usucapião. A outra parte tá na mão de uma empresa, a empresa Ducôco. A história é essa. A extrema passa no Córrego Preto, lá onde nós mora. O travessão vai bem assim. Vai tirando lá pro Forno Velho" - (Índio Antônio Valdir de Orlanda).

FORTALEZA - CE, segunda-feira, 15 de junho de 1998

TRIBUNA DO CEARÁ